

## Advogados estarão reunidos em Fazenda Nova

Pela primeira vez em nosso Estado, a Seção local da Ordem dos Advogados do Brasil estará reunindo todos os seus filiados, entre os dias 3 e 7 de setembro na localidade de Fazenda Nova, quando da realização do I ENCONTRO DE ADVOGADOS DE PERNAMBUCO.

Neste sentido o advogado Joaquim Correia de Carvalho Júnior, presidente da Seção local da OAB, baixou portaria regulamentando o conclave salientando que as teses a serem apresentadas deverão versar sobre O Novo Código de Organização Judiciária do Estado; O Moderno Direito Cambial Brasileiro; e O Advogado e a Previdência Social.

### COMISSÃO

A realização de encontros periódicos da classe, como uma maneira de melhor

debater os problemas e de congregar os filiados da Ordem dos Advogados do Brasil, faz parte do plano anunciado no início da atual gestão.

A Comissão Organizadora já se encontra em atividade, devendo, entre outras medidas, pleitear a dispensa de ponto e pleitear a concessão de diárias para os colegas integrantes dos serviços jurídicos do Estado e dos municípios.

Integram a comissão os advogados Isaac Pereira da Silva, vice-presidente do Conselho Seccional, Manuel Enildo Lins, Nair Andrade dos Santos, João Pinheiro Lins, Luiz Rodolfo de Araújo Júnior, Geraldo Mendonça, Fernando Coelho, Bertino Silva, Rorenildo Rocha Leão, Arsênio Gomes, Reinaldo Câmara, Egídio Ferreira Lima e Roberto Magalhães Melo.

### PORTARIA N.º 06/71

O Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Pernambuco, no uso de suas atribuições,

Considerando ser uma das principais finalidades da Ordem contribuir para o aperfeiçoamento das instituições jurídicas assim como colaborar com os poderes constituídos no estudo dos problemas da profissão de advogado e seu exercício, propondo as medidas adequadas à sua solução;

Considerando que lhe cabe ainda promover medidas de defesa da classe e estimular o estudo da Ciência do Direito;

Considerando a necessidade de manter um maior conglamamento da classe, através de reuniões periódicas resolve:

Art. 1.º — Fica instituído anualmente o Encontro de Advogados de Pernambuco.

Art. 2.º — O primeiro desses Encontros terá lugar em Fazenda Nova, de 3 a 7 de setembro do corrente ano e obedecerá às disposições constantes do Regulamento anexo.

Art. 3.º — A Comissão Organizadora do I Encontro dos Advogados de Pernambuco será constituída do Presidente da Seção local, e pelos Conselheiros Isaac Pereira da Silva, Vice Presidente, Manoel Enildo Lins, 1.º Secretário, Nair Andrade dos Santos, 2.º Secretário, João Pinheiro Lins, Tesoureiro, Luiz Rodolfo de Araújo Júnior, Fernando Coelho, Geraldo Mendonça, Bertino Silva, Rorenildo da Rocha Leão, e os advogados Arsênio Gomes, Presidente da Subseção de Caruaru, Reinaldo Câmara, Egídio Ferreira Lima e Roberto Magalhães Melo.

Art. 4.º — A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

Recife, 17 de junho de 1971.

Joaquim Correia de Carvalho Júnior  
Presidente

### REGULAMENTO DO I ENCONTRO DOS ADVOGADOS DE PERNAMBUCO — BAIXADO COM A PORTARIA N.º 06/71

ART. 1.º — Promovido pela Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Pernambuco, o I ENCONTRO DOS ADVOGADOS DE PERNAMBUCO tem por objetivo a aproximação e comunicação dos advogados deste Estado, para estudo e debate das questões e problemas vinculados ao interesse cultural e profissional dos advogados pernambucanos, na conformidade do temário referido no art. 8.

ART. 2.º — O I ENCONTRO DE ADVOGADOS DE PERNAMBUCO se compõe de:

- a) — membros natos;
- b) — membros efetivos;
- c) — membros convidados
- d) — membros observadores.

§ 1.º — São membros natos o Presidente do Conselho Seccional da OAB, os componentes do Conselho Seccional, os integrantes da Diretoria da Sub-Seção de Caruaru e os delegados do Conselho Seccional de Pernambuco junto ao Conselho Federal.

§ 2.º — São membros efetivos todos os advogados inscritos na OAB, Seção de Pernambuco, no pleno gozo de suas prerrogativas, que preencham a ficha de inscrição ao I ENCONTRO.

§ 3.º — São membros convidados as figuras proeminentes da advocacia e das letras jurídicas distinguidas pela Comissão Executiva por meio de convite especial.

§ 4.º — São membros observadores os solicitadores acadê-

micos e estagiários inscritos na OAB, Seção de Pernambuco no pleno gozo de suas prerrogativas, que preencham a ficha de inscrição.

ART. 3.º — Serão convidados de honra o Governador do Estado, os Presidentes dos Tribunais de Justiça do Trabalho e Regional Eleitoral, o Presidente da Assembléia Legislativa do Estado, o Secretário de Interior e Justiça, o Prefeito da Capital, o Presidente da Câmara Municipal do Recife, o Secretário de Assuntos Jurídicos do Município do Recife, os Reitores das Universidades, os Diretores das Faculdades de Direito, os Presidentes do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, do Instituto dos Advogados de Pernambuco e do Clube dos Advogados de Pernambuco.

ART. 4.º — A organização e direção dos trabalhos do I ENCONTRO compete a uma Comissão Executiva designada pelo Presidente do Conselho Seccional da OAB-PE e pelo mesmo presidida.

PARÁGRAFO ÚNICO — A Comissão Executiva poderá constituir sub-Comissões, de acordo com as necessidades do I ENCONTRO.

ART. 5.º — O I ENCONTRO será realizado em Fazenda Nova, nos dias 3, 4, 5, 6 e 7 de setembro de 1971.

ART. 6.º — A inscrição dos membros efetivos poderá ser promovida até o dia 30 de julho de 1971, na Secretaria da Ordem e na Sub-Seção de Caruaru.

PARÁGRAFO ÚNICO — Somente os advogados, solicitadores acadêmicos ou estagiários que se inscreverem em tempo hábil poderão participar como membros efetivos e observadores, respectivamente, do I ENCONTRO.

ART. 7.º — No ato da inscrição os advogados preencherão os impressos destinados a esse fim, indicando, de logo, quando for o caso, a tese que pretendem apresentar.

ART. 8.º — As teses deverão obedecer ao seguinte temário:

- a) — O Novo Código de Organização Judiciária e a Advocacia;
- b) — O Moderno Direito Cambial Brasileiro;
- c) — O Advogado e a Previdência Social.

§ 1.º — As teses deverão ser entregues na Secretaria da Ordem ou na Sub-Seção de Caruaru até o dia 10 de agosto de 1971, impressas ou datilografadas em papel tamanho ofício, espaço dois (2), em três (3) vias, escritas de um só lado, com um mínimo de seis (6) e um máximo de vinte (20) folhas.

§ 2.º — Somente serão recebidos os trabalhos que contiverem no final, conclusões objetivas apresentadas destacadamente.

ART. 9.º — A OAB-PE fará publicar, oportunamente, os Anais do I ENCONTRO.

ART. 10.º — Os trabalhos do I ENCONTRO obedecerão ao que dispuser o Regimento Interno, a ser oportunamente aprovado pela Comissão Executiva.

ART. 11.º — A Comissão Executiva terá amplos poderes para cumprir o programa do I ENCONTRO e para decidir as questões ocorrentes e os casos omissos.

ART. 12.º — É vedado o exame e debate sobre noções ou assuntos estranhos ao temário oficial e sobre política e religião.

Recife, 16 de junho de 1971.

Joaquim Correia de Carvalho Júnior — Presidente



# Boletim

Órgão informativo e noticioso da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Pernambuco

Palácio da Justiça, 4º. and.  
Tel. 243027 — 243200

Praça da República s/n — Recife — Pernambuco

CONSELHO SECCIONAL DE PERNAMBUCO DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

## DIRETORIA

1. JOAQUIM CORREIA DE CARVALHO JUNIOR — Presidente.
2. ISAAC PEREIRA DA SILVA — Vice-Presidente.
3. MANOEL ENILDO LINS — 1º. Secretário.
4. NAIR ANDRADE DOS SANTOS — 2a. Secretária.
5. JOÃO PINHEIRO LINS — Tesoureiro.

## CONSELHEIROS

6. ARLINDO DOS SANTOS MACIEL
7. BERTINO FERNANDES SILVA
8. EVERARDO DA CUNHA LUNA
9. FERNANDO DE VASCONCELOS COELHO
10. GERALDO DOS ANJOS NETTO DE MENDONÇA
11. HELY JOSÉ DE FARIAS
12. HÉLIO MARIANO DA SILVA
13. JOSÉ ANTÔNIO DE OLIVEIRA VENTURA
14. LUIZ HERÁCLIO DO RÊGO
15. MÁRIO NEVES BAPTISTA
16. NIETE CORREA LIMA
17. PEDRO RAMALHO LUZ
18. PAULO ROGÉRIO DOMINGUES
19. RIVALDO CORDEIRO PESSOA
20. RODOLFO ARAÚJO
21. RORINILDO ROCHA LEÃO
22. SYLENO RIBEIRO DE PAIVA
23. TABAJARA DA COSTA RIBEIRO
24. URBANO VITALINO FILHO

CONSELHEIROS LICENCIADOS  
JARBAS VASCONCELOS REIS PEREIRA  
JOSÉ PAES DE ANDRADE  
LUIZ RODOLFO DE ARAÚJO JÚNIOR

## MEMBROS NATOS

THOMAZ DE OLIVEIRA LÔBO  
JOSÉ CAVALCANTI NEVES  
CARLOS MARTINS MOREIRA

# Os Mandamentos do Advogado

Prosseguindo na divulgação de normas sobre a Ética Profissional do advogado, transcrevemos a seguir os mandamentos elaborados por Eduardo Couture, renomado jurista uruguaio:

I. — ESTUDA. — O direito se transforma constantemente. Se não segues seus passos, serás cada dia um pouco menos advogado.

II. — PENSA. — O direito se aprende estudando, porém se exerce pensando.

III. — TRABALHA. — A advocacia é um árduo trabalho pôsto ao serviço da justiça.

IV. — LUTA. — Teu dever é lutar pelo direito, porém o dia que encontres em conflito o direito com a justiça, luta pela justiça.

V. — SÊ LEAL. — Leal para com teu cliente, ao qual não deves abandonar até que compreendas que é indigno de ti. Leal para com o adversário, mesmo quando seja êle desleal contigo. Leal para com o juiz, que ignora os fatos e deve confiar no que tu lhe dizes; e que, quanto ao direito, algumas vezes, deve confiar no que tu lhe invocas.

VI. — TOLERA. — Tolera a verdade alheia na mesma medida em que queres que seja tolerada a tua.

VII. — TEM PACIÊNCIA. — O tempo se vinga das coisas que são feitas sem sua colaboração.

VIII. — TEM FÉ. — Tem fé no direito, como o melhor instrumento para a convivência humana; na justiça, como destino normal do direito; na paz, como substitutivo bondoso da justiça; e sobretudo, tem fé na liberdade, sem a qual não há direito, nem justiça, nem paz.

IX. — ESQUECE. — A advocacia é uma luta de paixões. Se em cada batalha fôres carregando tua alma de rancor, chegará um dia em que a vida será impossível para ti. Concluído o combate, esquece tão logo tua vitória como tua derrota.

X. — AMA TUA PROFISSÃO. — Trata de considerar a advocacia de tal maneira que no dia em que teu filho te peça conselho sobre seu destino, consideres uma honra para ti propor-lhe que se faça advogado.



# Jornadas Franco-Latino Americanas na Argentina

Organizados pela Associação Argentina de Direito Comparado; realizar-se-ão de 15 a 28 de agosto próximo, nas cidades de Buenos Aires, La Plata, Córdoba Mendoza, as Jornadas Franco-Latino Americanas de Direito Comparado.

O temário versará sobre: 1. — A informação jurídica através de computadores; 2. — Sociedades multinacionais; 3. — Problemas de Direito Fiscal que resultam das sociedades multinacionais; 4. — A eficácia dos diversos sistemas de controle do poder político; 5. — Novas formas jurídicas que estimulem a economia nacional nas sociedades de capital; 6. — Novas técnicas no processo legislativo; 7. — O Direito Penal das Sociedades Anônimas: Responsabilidade Penal dos Diretores; 8. — Responsabilidade Civil dos Diretores; 9. — A pequena Sociedade Anônima e a Sociedade Anônima de família; 10. — Concentração e agrupamento de Sociedades.

## PARIS E GUANABARA

Afora essas Jornadas, e como já foi noticiado nos números anteriores deste Boletim, dois outros importantes conclaves de caráter internacional terão lugar no segundo semestre do corrente ano.

Entre 26 e 30 de julho, Paris será sede do XXIV Congresso da União Internacional dos Advogados, cujo principal tema será "O Advogado e o Estado".

E de 11 a 14 de outubro vindouro, teremos na Guanabara o III Congresso Panamericano do Direito do Seguro, com o seguinte temário:

a. — seguro de responsabilidade civil do automobilista no Direito dos países americanos; b. — contribuição dos países da América para o Direito Positivo do Seguro; c. — os atos coletivos ou individuais de violência e os riscos nos contratos de seguro.

Com relação a este último Congresso, a Seção local da Ordem dos Advogados do Brasil, oferece uma bolsa ao advogado que apresente tese abordando um daqueles temas que já tenha sido aprovada por Comissão a ser designada.

Inscrições e maiores informações acerca de quaisquer desses Congressos poderão ser obtidas nesta Seccional, que, divulgando a realização daqueles conclaves, pretende, com isso, possibilitar uma mais efetiva participação dos advogados pernambucanos em tais reuniões de caráter cultural.

## O Terceiro Boletim

Quando publicamos o primeiro número de "Boletim", salientamos a importância da informação dentro das relações do mundo em que vivemos. A publicação de "Boletim", agora em seu terceiro número, visa levar ao conhecimento de todos os colegas os trabalhos que vêm sendo desenvolvidos pelo Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil.

A par dessa finalidade, pretende o "Boletim", igualmente, trazer informações úteis para o exercício da advocacia e criar um verdadeiro espírito associativo em torno de nossa entidade.

Para que ele possa alcançar tais objetivos, é imprescindível a colaboração de toda a classe, motivo pelo qual os que fazem o "Boletim" esperam receber subsídios por parte dos colegas.



# Previdência interessada na aposentadoria com dez salários

O Secretário-Geral do Ministério do Trabalho e Previdência Social, snr. Armando de Brito, enviou ofício ao presidente Joaquim Correia de Carvalho Júnior, da Secção local da Ordem dos Advogados do Brasil, solicitando estudos sobre a elevação de cinco para dez salários mínimos da aposentadoria para os advogados pelo INPS.

O problema vem sendo preocupação da atual administração da Secção local da OAB, estando incluído no temário do I Encontro de Advogados de Pernambuco, que se realizará no próximo mês de setembro em Fazenda Nova. No mesmo sentido o advogado Mozyr Sampaio enviou correspondência ao Conselho Seccional solicitando estudos sobre o aumento da aposentadoria da classe.

## NUMEROSOS PEDIDOS

É a seguinte a íntegra do ofício do Secretário-Geral do Ministério do Trabalho e Previdência Social:

«No processo MJ-39 318/70 o Exmo. Snr. Ministro da Justiça propôs se considerasse o exame da possibilidade, conveniência e oportunidade de se elevar de cinco para dez salários mínimos a aposentadoria paga aos advogados pela Previdência Social.

É de se esclarecer que os benefícios concedidos pelo sistema orgânico da Previdência Social são contributivos; portanto, os advogados já aposentados com cinco salários mínimos não podem ter duplicado o valor da prestação pois não teria havido, no caso, a necessária cobertura prévia.

Sendo assim, o programa se desloca para a situação dos advogados em atividade, que se hoje contribuem sobre cinco salários mínimos, talvez possam a vir contribuir sobre quantia maior, respeitado o limite legal.

São numerosos os pedidos formulados por entidades tais como a Associação dos Advogados de São Paulo, o Sindicato dos Advogados do Estado da Guanabara, e outros objetivando a elevação de salário-base de contribuição dos advogados. Ocorre, entretanto, que o salário-mínimo tem caráter obrigatório para toda a categoria profissional; assim, sua fixação em valor muito alto pode tornar excessivamente onerosa a contribuição a ser paga pelos que auferem menores ganhos.

Trata-se, pois, de uma posição cautelosa que deixa margem ao exame das alterações solicitadas pelos órgãos representativos das classes interessadas atendidas a conveniência e a capacidade contributiva da maioria.

Este Ministério, considerando as diversas solicitações que lhe vêm sendo dirigidas, pretende fazer pesquisa de opinião e coleta de dados materiais, a fim que se possa reexaminar a fixação do salário base de contribuição dos advogados autônomos.

Para tanto, solicito a esse Egrégio Conselho Seccional que emita seu pronunciamento a respeito, fornecendo a esta Secretaria-Geral não somente estatísticas de rendimento do trabalho dos advogados inscritos nesta Secção como também tudo o mais que julgar conveniente ao melhor esclarecimento da matéria por parte do Departamento Nacional da Previdência Social, a quem compete a fixação do salário-base de contribuição, por força do disposto no art. 77 da Lei 3807, de 26 de 8 de 1960. — concluiu.

O Conselho Seccional está solicitando a colaboração e sugestões de todos os colegas de modo a realização da presente pesquisa, de maneira a apresentar soluções a presente consulta de relevante interesse para a classe dos advogados.

## Ordem recebe 63 novos advogados

Nas duas sessões do Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil, realizadas nos dias 12 e 26 do mês de maio passado, prestaram compromisso 63 novos advogados e 21 estagiários, que foram saudados, respectivamente, pelos conselheiros Sileno Ribeiro e Fernando Coelho.

Nestas duas sessões, ambas presididas pelo advogado Joaquim Correia de Carvalho Júnior, os novos advogados foram considerados aptos para o exercício da advocacia em todo Estado de Pernambuco, nos vários Juízos e atividades outras.

### DEFINITIVAS E PROVISÓRIAS

Entre os novos advogados comprometidos 35 primeiros tiveram são em caráter definitivo e os demais provisórios:

Aécio Dal Bosco Acauan — Antonio Adeilton de Almeida — Antonio Carlos Lins de Matos — Antonio Onias Primo de Carvalho — Carlos Howard Bradley Filho — Claudio Manuel Damasceno Alves — David Campos de Paula — Ednaldo Agra — Ercio Tabosa de Assis — Etelvino Jordão de Vasconcelos — Feliciano Cordeiro Agra — Francisca Bello Buarque de Gusmão — Francisco Eudes Ramos de Araújo Lima — Jorge Marques de Brito — José

Joaquim Cisne Pessoa — José Maria Rodrigues — José Rufino Bezerra Cavalcanti Neto — José Vieira de Moura Melo — Leonardo Antonio Dantas da Silva — Luiz Maracajá Pessoa — Moacyr da Rocha Castro — Nádia Fernandes Neukranz — Nadja Maria Miranda Brayner — Neide Gomes Torres — Nivaldo Mulatinho Medeiros Correia Filho — Ordolito José Barros de Azevedo — Ricardo Cavalcanti Peixoto — Roberto das Chagas Monteiro — Silvia Maria de Barros — Stélio Celso Coelho Rodrigues — Tácio Maia Fonsêca — Alena de Souza Gomes — João Bezerra da Silva — Margarida Maria de Oliveira Coelho — Maria Augusta Epifânio de Brito — Carlos Virginio Carneiro Leão — João Bosco Gonçalves Barros — José Gerson Cavalcanti de Aguiar — Maria das Dôres Torres — Maria da Luz de Souza Campos Silveira — Paulo José Paes Vasconcelos — Antonio Enéas Barros Alvares — Braulio de Oliveira Barros — Edmilson Antonio de Oliveira Assunção — Eliete Marinho da Silva — Emilton Reginaldo Teixeira Cavalcanti — Fernando Elias de Lemos Vilalça — Francisco Ivo Dantas Cavalcanti — Gelza Luett Anke Lorenz — Jeová Rodrigues da Silva — José Baptista de Almeida Filho — José Carlos Robalinho de Barros — José Firmo de Araújo Filho — José

Hercules Leite — José Wilson Alves de Melo — Maria Lucia Cavalcanti de Arruda — Maria Lucia Soares de Albuquerque — Marlene Pinto de Vasconcelos — Nelson Moraes de Brito — Pedro Thomé de Arruda Filho — Raimundo Ivan Moreno — Virginia Vieira e Silva e Wanderly Xavier Bezerra — Otávio Garibalde Pinto — Pedro Ferreira da Silva — Silvia Lucia Viera Figueirôa — Waldir Chaves Nepomuceno — Evio Barros — Gilson Ramos Cordeiro — Ivan Rosado Valença — Ivanise Belens Jungmann Pinto — João Paulino Carvalho de Barros Leal — José Genival Silva — José Henrique Dourado de Azevedo — Julia Villar Rodrigues — Magno Nunes Costa — Abdon de Andrade Moutinho — Alice Neves Costa — Elizabeth Corrêa Veiga — Fernando Gonçalves Rocha Peixoto — Itabira de Brito Filho — Roberto de Brito Albuquerque Veiga — Paulo Henrique Muniz Maciel e Tiburtino Emigdio da Costa Lima Gonzaga.

No mês de abril, na sessão realizada no dia 19, prestaram compromisso em caráter provisório os advogados José Berardo Carneiro da Cunha Neto e José Feliciano Gayão. Como estagiários foram aceitos os acadêmicos Nilton Lopes da Penha e Inácia Lacerda de Sousa Barros.